

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

TIAGO ROSÁRIO

**DISCURSO MUDIÁTICO E MANIFESTAÇÕES: análise crítica do discurso sobre
as manifestações de junho de 2013 no Brasil**

**São Borja
2015**

TIAGO ROSÁRIO

**DISCURSO MUDIÁTICO E MANIFESTAÇÕES: análise crítica do discurso
sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Geder Parzianello

**São Borja
2015**

TIAGO ROSÁRIO

**DISCURSO MIDIÁTICO E MANIFESTAÇÕES: análise crítica do discurso sobre
as manifestações de junho de 2013 no Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Comunicação
Social - Habilitação em Jornalismo da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Geder Parzianello

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 26 de janeiro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Geder Luis Parzianello
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Miro Bacin
UNIPAMPA

Prof. Dr. Leandro Ramires Comasseto
UNIPAMPA

RESUMO

As manifestações de junho de 2013 no Brasil receberam uma cobertura ampla dos meios de comunicação de todo o país. Fato que dá base para a suspeita de que essa cobertura midiática tenha sido uma das responsáveis pelo declínio da opinião pública com relação ao assunto, declínio esse evidenciado por relatório do Instituto de Pesquisa Datafolha em 2013 que aponta uma baixa de 23% no apoio popular aos protestos. No final do mês de junho esse apoio era de 89%, passando para 74% em setembro e para 66% no final de novembro. Dessa forma, tentamos buscar através da Análise Crítica de Discurso (ACD), de viés britânico, nomeadamente, por Norman Fairclough, identificar as possíveis causas para esse problema. Numa perspectiva teórico-metodológica proporcionada pela ACD, nos apropriamos dos Modos de Operação da Ideologia de John Thompson e conseguimos evidenciar alguns pontos em que o discurso midiático - aqui representado pelo Jornal Nacional, maior produto jornalístico da Rede Globo de Televisão - pode ter contribuído para tal resultado.

Palavras-Chave: Análise Crítica de Discurso; telejornalismo; manifestações; ideologia; significação.

ABSTRACT

June 2013's manifestations in Brazil received wide coverage in the media across the country. This fact gives basis for the suspicion that the media coverage has been one reason for the decline of public opinion on the matter, decline was evidenced by the Instituto de Pesquisa Datafolha - a Brazilian institute research - report in 2013 that points to a low of 23% in popular support protests. Later in the month of June this support was 89% to 74% in September and 66% in late November. In this way, we try to get through the Critical Discourse Analysis (CDA), British way, in particular by Norman Fairclough, identify possible causes for this problem. In a theoretical and methodological perspective provided by the CDA and appropriating of Thompson's Ideology operating modes, we can highlight some points in the media discourse - here represented by the Jornal Nacional, greater journalistic product by Globo TV - may have contributed to this result.

Keywords: Critical Discourse Analysis; television journalism; manifestations; ideology; significance.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modos de Operação da Ideologia	30
Tabela 2 - Frames da reportagem 1	32
Tabela 3 - Frames da reportagem 2	35
Tabela 4 - Frames da reportagem 3	37
Tabela 5 - Interdiscursividade: reportagens - discurso presidencial	42

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DISCURSO	10
2.1	Natureza Constitutiva.....	12
2.2	Interdiscursividade	16
2.3	Prática Política.....	18
3	JN NA REALIDADE BRASILEIRA.....	24
4	CAMINHOS DO ESTUDO.....	26
4.1	Estrutura analítica da ACD	26
5	A ANÁLISE	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Digamos que o mundo seja resultado de uma mediação realizada pelo discurso envolvendo as várias realidades encontradas em nosso cotidiano e a nossa percepção, tornando-se assim um campo importante da investigação da Ciência Social. O mundo, nesse caso, seria um produto, então? O que saldou de uma negociação? Será que existiria um mundo bruto debaixo disso que convencionamos chamar de realidade? Uma essência da natureza humana em que surgem as bases para a construção das nossas vidas? Se há algo que possa nos revelar o porquê de certas coisas serem da forma que são, como então decifrar tudo isso? Muitos são os autores que tentaram e tentam de forma metódica entender esse processo. O estudo que pretendo empreender aqui se encontra na reflexão sobre o discurso jornalístico que versa sobre as agitações sociais, em específico, as manifestações de junho de 2013 no Brasil¹.

Apropriando-me da Análise Crítica de Discurso (ACD) do britânico Norman Fairclough, numa perspectiva teórico-metodológica, tentarei aprofundar a percepção que podemos ter sobre as práticas discursivas jornalísticas que tomaram como objeto essas manifestações. Tentarei desvelar o que se encontra no âmago das motivações e das vontades que guiam os nossos sentidos nesse contexto social. Destaco para este estudo o telejornal da Rede Globo de Televisão de maior audiência e carro-chefe jornalístico da emissora, o Jornal Nacional (JN). Foram analisadas três reportagens que pretendem dar uma noção que possa me aproximar mais de uma percepção lúcida sobre o acontecido. As reportagens dão conta de três momentos elencados aqui para abarcar o período de maior mobilização nas ruas, que compreende do dia 06 ao dia 27 de junho, mês em que ocorreu a Copa das Confederações da FIFA².

Todavia, preciso esclarecer que a ACD de Fairclough foi construída como uma mediação entre disciplinas, ou seja, ela é transdisciplinar. Foi constituída como

¹ Protestos que tomaram ruas das principais cidades do país, com cobertura intensa da mídia brasileira, e que chegou a receber 89% de apoio da população paulistana segundo dados de pesquisa realizada pelo Datafolha em junho de 2013.

² Evento futebolístico que reuniu as seleções nacionais campeãs de seu continente, mais o país sede, o Brasil, de 15 a 30 de junho de 2013. Disponível em: http://pt.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/99/46/55/regulationsconfederationscup2013_e.pdf

uma abordagem que aplica teorias de outras áreas das Ciências Sociais e Humanas para então operacionalizá-las em uma investida sociodiscursiva. O autor propõe a operacionalização de teorias sociais na análise de discurso, mas claro, linguisticamente orientadas.

The theoretical construction of discourse which the CDA tries to operationalise can come from various disciplines, and the concept of operationalisation entails working in a transdisciplinary way where the logic of one discipline (for example, sociology) can be 'put to work' in the development of another (for example, linguistics)³ (FAIRCLOUGH, 1996, p.16)

Com isso Fairclough desenvolve uma teoria do discurso como luta hegemônica em que o poder é exercido para construir a realidade social através do controle intertextual das práticas discursivas. Para tanto, diz que precisamos eliminar o isolamento da linguagem com relação a outras teorias sociais; a linguagem, reconhecidamente hoje, ocupa lugar central nos processos de mudança social e é preciso operacionalizar teorias sociais que deem conta de ser linguisticamente orientadas para evidenciar os processos dessa mudança (FAIRCLOUGH, 2001, p.45). Assim, pretendo aqui realizar a operacionalização dos Modos de Operação da Ideologia (MOI) de John Thompson (2002) para podermos ter ideia de como a ideologia, numa ótica de Thompson, é tratada nas situações em que nossas preocupações concentram o foco.

A escolha deste quadro se dá pela estreita relação que se pode verificar nos conceitos de ideologia usado pelos dois autores, que a veem como um instrumento de dominação social. Na verdade, Fairclough retira de Thompson (2002) esse conceito e aplica em sua obra, proporcionando assim um bom encaixe teórico-metodológico que a sistematização dos Modos de Operação da Ideologia de Thompson fornece para um estudo em ACD.

Considerando o discurso como uma prática social constituída pela estrutura social e que também constitui essa estrutura, é importante notar que os discursos midiáticos são partes destacadas nas relações de poder, nas construções discursivas dos sujeitos sociais e na mudança social que implica a conjuntura

³ A construção teórica do discurso que a ADC tenta operacionalizar pode vir de varias disciplinas e o conceito de operacionalização trabalha com a transdisciplinaridade onde a lógica de uma disciplina (sociologia, por exemplo) pode ser trabalhada em desenvolvimento de outra (linguística, por exemplo).

analisada. Patrick Charaudeau já apontava que "toda instância da informação exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social" (CHARAUDEAU, 2010, p.63). Essa é uma afirmação que se detém na lógica de que se o discurso é o lugar em que sujeitos são definidos, relações de poder são negociadas, noções da realidade são formuladas, então assim o discurso midiático de massa tem uma importância ainda maior e merece mais atenção pela sua magnitude e abrangência. Temos que nos atentar para a construção dessas formas de comunicação que implicam também na constituição da nossa realidade e, a partir disso, conduzir o nosso olhar sobre essa questão, tendo em mente o que Pierre Bourdieu (2004, p.46) salientou sobre a existência de condições históricas para o surgimento das formas sociais de comunicação que tornam possível a produção da verdade. A preocupação da ACD se volta para a produção dessas verdades que cristalizam formas simbólicas que legitimam a dominação de grupos sociais destituídos de poder para promover a mudança social ao seu favor (os que Fairclough designa em toda sua obra como grupos oprimidos) por grupos sociais hegemônicos. Essa é uma das condições em que a ACD foi construída. Nesse sentido, Fairclough (2001, p.28) esclarece que a abordagem "crítica" implica em mostrar conexões e causas que estão ocultas nas relações de poder e intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àqueles que possam se encontrar em situação de desvantagem social. Essas causas ocultas poderão ser vistas através das marcas discursivas. Em minha análise, me proponho a tentar enxergar essas marcas através da Estrutura Analítica da ACD em conjunto com os Modos de Operacionalização da Ideologia de Thompson (2002) que me permitirá efetuar considerações sobre os elementos-objeto que fazem parte do meu corpus.

2 DISURSO

Falar de discurso com Norman Fairclough é falar de uma prática social. É analisar aquilo que podemos não notar, mas que, invariavelmente, nos conduz pela história humana. Conduz nossas escolhas e nossas formas de agir. Adiantando a conclusão que esse tipo de pensamento nos traz à luz, podemos dizer que o discurso age sobre a sociedade de forma a constituir o que nela há, ou seja, nossas

ações discursivas, numa perspectiva materialista, têm finalidades semelhantes às de nossas ações físicas, com característica dialética, já que a estrutura social também é responsável pela constituição do discurso no ambiente social.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem; suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Constituir o mundo e a realidade em significação se difere da representação na intencionalidade do ato. Enquanto a representação pretende transpor a realidade para alguma plataforma de inteligibilidade, a significação aspira intervir nesta realidade, construindo-a e constituindo-a em significado. Fairclough adquiriu essa concepção de discurso pelo percurso que enveredou nos trabalhos arqueológicos de Foucault. Em *Discurso e Mudança Social* (2001) ele ressalta importantes considerações foucaultianas sobre o discurso. As principais apontam para a sua natureza **constitutiva** (o discurso construindo a sociedade em várias dimensões, constituindo os objetos do conhecimento humano-social), para o caráter **interdiscursivo e intertextual** das práticas discursivas (os textos sempre recorrem a outros textos), para o poder como prática discursiva, sendo o discurso uma **prática política** (pois é ideológico) e, como consequência, a mudança social dialeticamente relacionada à mudança discursiva, pois, se o discurso tem sua natureza constitutiva, suas diferentes formas podem produzir diferentes resultados, diferentes efeitos e diferentes sociedades.

Na tormenta política em que se encontram, pode-se dizer que os discursos que serão soberanos na sociedade também serão os propulsores das formas a que esta sociedade se submeterá. Em um momento de agitação social, como o contexto que faz parte do nosso *corpus* de trabalho, vários são os discursos que podem se expor no espaço de discussão e que vão brigar por essa soberania de tomar frente no processo de formação social, e alguns são bem definidos.

Trata-se, então, de conjuntos de enunciados muito heterogêneos, formulados pelos ricos e pelos pobres, pelos sábios e pelos ignorantes, protestantes ou católicos, oficiais do rei, comerciantes ou moralistas. Cada qual tem sua forma de regularidade e igualmente seus sistemas de coerção (FOUCAULT, 1996, p.68).

Com a variabilidade dos processos de significações, se torna plausível pensar que quando há uma mudança na estrutura social, essa mudança pode ser percebida através do discurso. Quando há mudança de pensamento sobre determinado fenômeno social - como manifestações populares, por exemplo - mudam-se os discursos. Existe aí um movimento causado pelo tensionamento que ocorre nessa mudança. Nota-se que o discurso não é apenas um transportador de ideias, não é mero transportador de sentido, mas é nele mesmo que se encontra a materialidade da prática social. O próprio Foucault, ao estudar instituições como escola, prisões e manicômios em *Vigiar e Punir* (1987) evidencia que essas instituições se utilizam do discurso para o exercício do poder sobre aqueles que estão sob a sua tutela, estabelecendo desta forma os comportamentos dos sujeitos ajustados às suas necessidades. A disciplina empregada por essas instituições e as formas de dominação sobre os corpos "assujeitados" têm o discurso como fator fundamental para o seu bom desempenho; tanto no "estímulo ao aumento das forças dos corpos (que lhes servem em termos econômicos para aumento da produção) quanto na diminuição dessas mesmas forças, desta vez em termos políticos e de obediência" (FOUCAULT, 1987, p.163). O que proponho aqui é observar se o discurso analisado exerce um papel disciplinador que pôde de alguma forma contribuir para o declínio do apoio que o público prestado às manifestações.

2.1 Natureza constitutiva

O trabalho de Foucault formulou noções sobre o discurso e uma maneira de concebê-lo que apresentou importantes contribuições sobre a relação entre discurso e poder bem como a construção discursiva dos sujeitos sociais. Fairclough parte destas noções para formular suas teorizações em ACD. Todavia, o próprio britânico ressalta que não basta simplesmente aplicarmos a análise de Foucault em ACD, pois as abordagens foram criadas em contextos bem diferentes; assim, devemos, nas palavras de Courtine (apud FAIRCLOUGH, 2001, p.62), "colocar a perspectiva de Foucault para trabalhar na ACD". Para Fairclough, as conclusões de Foucault sobre a prática discursiva não dão conta de explicar com suficiência os contextos por ser demasiado abstratas. De fato, Foucault concebe seus estudos voltados para a análise de enunciados, o que pode ser um pouco enganador ao sugerir que *enonces*

são apenas asserções, opostas a perguntas, ordens, ameaças, e assim por diante. Por conta disso, de acordo com Foucault (1972, p.107-108), a análise de enunciados é uma de uma série de formas de analisar desempenhos verbais⁴. Essa visão sobre o discurso nos leva a entender o indivíduo como um ser "assujeitado" no mundo e - embora o autor tivesse trabalhado a questão das relações de poder, afirmando que o poder nunca se estagna em um lugar apenas – joga sobre o discurso toda a responsabilidade pela sujeição do sujeito, dando pouca ênfase às vontades do mesmo.

Fairclough vai além e vê o discurso em uma perspectiva mais sociológica. A linguagem nesta visão tem uma aderência social maior, pois a atividade discursiva é entendida de forma mais conectada à realidade. E a constituição da sociedade e da linguagem através desta aderência se faz sentir em vários momentos da história. Principalmente naqueles momentos de ebulição social, quando um grande número de indivíduos é envolvido na situação. A sociedade e o discurso são corpos que estão lado a lado, mas que nem sempre andam na mesma velocidade, nem sempre na mesma direção. São como duas correias que precisam de aderência para mobilizarem com mais força a realidade; essa aderência podemos relacionar intimamente - se não nomear - como o poder. Desta forma, não é de surpreender que a linguagem não seja "somente um lugar de disputa, mas também, e principalmente, o lugar pelo qual se disputa" (FOUCAULT, 1996, p.10). É o objeto de desejo para os que desejam o exercício do poder.

É por isso que para Fairclough (2001) precisamos eliminar esse isolamento da linguagem com relação às outras teorias sociais; a linguagem para ele, reconhecidamente hoje, ocupa lugar central nas mudanças sociais. Afinal, as abordagens críticas diferem das abordagens não críticas, não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, bem como os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e de crença. A comunicação na sociedade depende de como essa sociedade se apresenta. Todas as crenças, tipos de violência e de valores são cristalizados pelo discurso da comunicação social. Enigmático é o momento em que esse cristal discursivo é rompido. De qualquer forma, a ACD toma os discursos de

⁴ As demais são: análise lógica de proposições, análise gramatical de frases, análise psicológica ou contextual de formulações (FOUCAULT, 1972, p.107-108).

forma a considerá-los práticas sociais conectadas dialeticamente a outras práticas sociais que constituem a realidade investigada. Para isso, o discurso é considerado como uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, como já vimos, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Sendo o discurso uma prática social capaz de agir sobre o mundo e sobre os indivíduos deste mundo de forma dialética, vemos que o discurso está sempre dialeticamente conectado a outros discursos e outras práticas sociais. Isto implica dizer que o discurso é moldado pela estrutura social, mas também atua sobre essa estrutura, moldando-a (ver FAIRCLOUGH, 1995, 1996, 2001).

Se pensarmos na cobertura jornalística das manifestações de rua ocorridas em junho de 2013 e na produção de conteúdo durante esse período, poderemos notar que - existindo essa ligação dialética entre os discursos e os atos, e assim também um encadeamento das práticas discursivas midiáticas e as práticas discursivas dos manifestos - além das práticas sociais e dos atos insurgentes - a mudança na situação da relação entre os atores da ocasião - isto é, poder público, sociedade rebelada entre outros - pode ser denunciada através da mudança do discurso da imprensa. Como, da mesma forma, poderemos ver a mudança no discurso destes atores denunciar a mudança do discurso midiático. E o único indicador capaz de sentenciar uma ordem lógica neste jogo de influência é aquilo que convenciamos chamar de tempo-espço. Portanto, não é sem propósito que a mudança no uso de termos como vândalos, quebra-quebra, e depredação para manifestantes, ativistas e passeata seja precedida de uma onda de indignação popular contra a truculência policial nos atos de reivindicação. Para Adilson Citelli os termos "*bagunça/baderna* são postos, malandramente, no mesmo campo semântico de *conflito*, indicando uma operação que chamaremos de conveniência discursiva" (2001, p.34). Por isso Michael Halliday disse que "a linguagem é como, e por causa de, sua função na estrutura social, e a organização dos sentidos comportamentais deve propiciar percepção de suas fundações sociais" (HALLIDAY apud FAIRCLOUGH, 2001 p.103,). O comportamento social está condicionado ao que é reproduzido pela linguagem.

Para Fairclough, em qualquer sociedade podemos notar a existência dos padrões de fala. E que contribuem não só para reproduzir a sociedade e suas identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença, mas também contribuir para transformá-la.

Por exemplo, as identidades de professores e alunos e as relações entre elas, que estão no centro de um sistema de educação, dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução. Porém, elas estão abertas a transformações que podem originar-se parcialmente no discurso: na fala da sala de aula, do parquinho, da sala dos professores, do debate educacional, e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

Esses padrões de fala estabelecem as identidades e as relações entre essas identidades no interior de um ambiente social. Porém, ao que podemos mirar, nos parece que são cada vez mais frágeis. Ao passo que vamos nos distanciando da modernidade, fica nítido que esses padrões de fala obedecem a um intervalo de validade cada vez mais instável. Alguns dão a impressão de que a qualquer momento podem se desmanchar, ou, se se optar por pensar como Baumam (2000), podemos dizer que os padrões de fala estão cada vez mais fragmentados, cada vez mais efêmero. É talvez por isso que a utilização de um discurso, insistentemente, durante um longo período, tem o intuito de obstinadamente petrificar alguns sentidos que lhe custam cada vez mais caro para se consolidarem como um padrão discursivo. Seria como se colocássemos o termo vândalo em todos os noticiários sobre uma revolta popular, desde os jornais da manhã às mesas redondas do horário noturno, e assim estivéssemos auxiliando com empenho na constituição da identidade daqueles que se apresentam às ruas para se rebelarem. Algo ao qual Adilson Citelli (2001) se referiu como conveniência discursiva.

Para os *media*, contudo, e logo para boa parte da população, as indefinidas palavras: *bagunça* ou *baderna*, reiteradas intensamente, ganharão identidade especiosa nominalizando, doravante, fenômenos com os quais não tinham muita relação de origem; já não se fala mais em ocupar ou produzir, senão em *invadir* e *roubar* (CITELLI, 2001, p.34).

E mesmo assim pode ser insuficiente para uma solidificação satisfatória. Talvez por isso tanta insistência em certos temas. É trabalhoso o percurso ao topo da construção discursiva. Segundo Fairclough (2001, p.92) podemos distinguir três aspectos dos efeitos que tornam o discurso uma prática constitutiva da realidade:

1- O discurso contribui para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' (**identitária**), função identitária da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001, p.92).

Esta função corresponde ao modo como as identidades são constituídas no discurso.

2- O discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas (**relacional**), função relacional da linguagem. Relaciona-se a como as relações sociais entre os participantes do discurso que são representadas e negociadas.

3- E o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença (**ideacional**). As identidades e a relação entre elas (dentro de uma instituição) "dependem da consistência e da durabilidade de padrões de fala no interior e no exterior dessas relações para sua reprodução" (FAIRCLOUGH, 2001, p.92). Mas elas estão abertas a transformações que podem originar-se no discurso.

Seriam nestes termos que, segundo a ACD, o discurso iria constituindo a realidade. Foucault (1999) que, ao tratar da ordem do discurso, explica, em um viés nietzscheano, que a linguagem não é a representação do real, pois o signo verbal é arbitrário em relação aos objetos a que ele se refere, além disso, a representação perpassaria uma simples identificação com a realidade, pois ela não seria cópia deste real, mas semelhança e diferença em um mesmo espaço. Assim, a tendência é afirmar que a linguagem exerce ou tenta exercer o controle sobre a realidade. E quem exerce o controle da linguagem, por consequência, também exerce o controle do real. Muito embora esse controle, quando exercido pela mídia hegemônica, não seja tão sólido quanto denunciam alguns. O jogo da construção do real é movediço e é dependente de inúmeros atores.

2.2 Interdiscursividade

À análise de discurso de Fairclough ocorre uma ênfase, partindo da concepção foucaultiana de discurso, na interdependência das práticas discursivas: "os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam ou os reforçam" - inclusive no sentido da leitura e do entendimento, para assim afirmar que - "um texto só faz sentido para alguém que nele vê sentido" (FAIRCLOUGH, 2001, p.113). E para haver sentido em um texto é preciso também que o seu receptor tenha outros textos interiorizados em si para correlacioná-los, apenas deste modo fará sentido todo o discurso. A própria natureza de espaço público para Charadeau (2010, p.118) "remete à noção de discurso

circundante (soma empírica de enunciados sobre ações, acontecimentos, características, julgamentos etc. de um assunto)". Esses discursos que circulam por um ambiente são os responsáveis pelo estabelecimento do espaço público. Ao que nos parece, todo o sentido deste espaço público se dá nas relações, trocas e convenções sociais, até porque Habermas (2003, p.42) nos alerta que ele pode ser "compreendido inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público". Por via desta reflexão, somos levados a entender que a interdiscursividade não só naturalmente estabelece, como sem ela esse espaço público não seria possível. Os discursos midiáticos têm grande relevância ao se dispor em construir uma discussão acerca de um assunto, torna-se necessário para quem se preocupa com essa questão conhecer mais profundamente as dinâmicas e as formas de representação efetuadas nessa esfera. E se a interdiscursividade constitui o espaço público, é natural que a influência de um sujeito sobre a produção de sentidos no espaço público seja pequena. Exceto que esse sujeito represente uma instituição maior, não fará nada além de apenas fazer parte de um conjunto maior da força motriz que movimenta o todo. Por isso a duração do discurso parece não estar em nossas mãos, por isso parece tão difícil contra-atacar uma prática discursiva na solidão. Assim o discurso, privado de sua multiplicidade total, se torna de certa forma institucional.

E são essas instituições que controlam a dinâmica dos discursos na nossa sociedade. Não à toa, Foucault já avisava que

... em toda a sociedade a produção dos discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.9).

E os discursos compromissados com o *status quo* se valem de maior força e legitimidade, se valem de espaços mais generosos para seu exercício. O discurso em uma sociedade e a produção de sentidos no espaço público, proporcionada pelo encadeamento de uma interdiscursividade, são controlados e sofrem interdições daqueles que tem um compromisso com o *status quo*. Por isso, uma das principais teses de Foucault (2008) com respeito à formação de modalidades enunciativas diz que o sujeito social produtor de um enunciado não existe fora nem é independente do discurso, e sim uma função do próprio enunciado.

Contudo, quando um meio de comunicação é o sujeito do discurso, ele pode estar ali desempenhando uma função que confere veracidade ao discurso, credibilidade ou descrédito (dependendo da empresa que é dona deste discurso e o público em consideração); a sociedade ocidental, já acostumada com os meios de comunicação que há muito fazem parte do seu cotidiano - e que têm com essa sociedade uma relação ininterrupta e intensa - atingiu um nível de independência intelectual para o discernimento sobre as intenções desses meios de comunicação e que ficam, na maior parte das vezes, fora do alcance de visão do público. De qualquer forma, Fairclough alertava que “em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão”. O discurso é mesmo estruturado pela dominação; quem obtém o poder, o utiliza para estruturar a ordem deste discurso, o assunto e o sentido com a tendência de naturalizá-lo. Por isso, a mudança social junto à mudança discursiva tem muito a ver com a troca do poder para outras mãos. Trocando de mãos, o poder passa a estruturar o discurso de modo a respeitar os novos interesses. Veremos que se Foucault (1996, p.10) diz que o discurso não é apenas um lugar de luta pelo poder, mas aquilo pelo que se luta, então o discurso é uma forma de poder, dentre tantas outras, pelas quais os diferentes se apresentam. E que operacionaliza justamente o que é intrínseco a ela: a ideologia. Os meios de comunicação potencializam de forma significativa essa situação.

O conjunto de representações, imagens e sentidos, seletivamente representado e classificado, é organizado e articulado num todo coerente, numa ordem reconhecida, ou melhor, na produção do consenso, na construção da legitimidade. Assim os *media* obtém o poder ideológico (CHARAUDEAU, 2010, p.70).

Como a significação é dada pelos entendimentos coletivos que são criados para o determinado assunto tratado, o consenso sobre um fato complexo pode ser efetivado ao longo de um discurso padronizado e realizado na periodicidade jornalística. Fairclough (2001, p.66) diz que o texto não é uma ilha, muito menos a prática social; eles dependem um do outro e essa noção preenche uma lacuna entre textos e contextos. Então nosso objeto, as reportagens, não está isolado do mundo e da grade de programação jornalística, mas está inserido em uma interdiscursividade maior na própria emissora e também numa prática discursiva

maior envolvendo outras instituições, sejam elas jornalísticas, partidárias, religiosas ou culturais.

2.3 Prática Política

Numa emissora jornalística com consistência ideológica, as notícias na grade de programação podem representar vários momentos de um mesmo discurso. O discurso aqui em foco é aquele com pretensão de conceber as manifestações de rua que aconteceram no Brasil em junho de 2013. Por isso, ao abordar essa questão através da ACD, além de reunir a análise de discurso orientada linguisticamente, reunirei também o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social. As práticas políticas em circulação nesse contexto são fundamentais para a compreensão do que observaremos nos discursos do JN. Ambas - práticas políticas e discursivas - surgem de uma mesma cultura, mesma construção histórico-política necessariamente intrínsecas. O conceito de discurso na ACD é tridimensional, qualquer 'evento' discursivo é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001, p.65). A dimensão do 'texto' cuida da análise linguística de textos e de suas marcas discursivas. A dimensão da 'prática discursiva', concebendo o texto e a interação com outros textos - por exemplo, os tipos de discurso (incluindo 'discursos' no sentido mais socioteórico) -, analisa como os textos são derivados e como eles se combinam. A dimensão da 'prática social' cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente através da influência social que nele há; "a linguagem é como, e por causa de, sua função na estrutura social e a organização dos sentidos comportamentais deve propiciar percepção de suas fundações sociais" (HALLIDAY apud FAIRCLOUGH 2001, p.141). Estamos envolvidos por uma atmosfera condicionadora das nossas ações, vontades e pensamentos, e escapar dela é demasiado inviável, inclusive para quando formos falar dela própria, falamos através das ferramentas cognitivas que ela nos proporciona; toda a estrutura social, "os grupos e as relações sociais influenciam o

comportamento linguístico e não-linguístico dos sujeitos, incluindo a sua atividade cognitiva” (GOUVEIA, 2001, p.335). E as notícias também são atividades cognitivas,

a informação não existe exteriormente ao ser humano (como uma árvore, uma cadeira ou um lápis, por exemplo). Só há informação se houver seus intercessores. Ela é pura enunciação. Por isso, a informação está condicionada ao olhar que o homem lança sobre ela, ficando assim sujeita a sua subjetividade, tanto do enunciador quanto do receptor ou qualquer outro intercessor que se faça presente no processo informativo (CHARAUDEAU, 2010, p.36).

A prática discursiva é constituída pelas relações que mantém com a realidade em sua volta, sendo assim uma força criativa e criada que contribui para reproduzir a realidade em todas as suas dimensões (identidades, relações sociais, sistemas de conhecimento e de crença), contribuindo para transformá-la e sendo transformada por ela. A consistência dessa realidade e a sua reprodução mais coerente dependerá muito dos padrões discursivos que forem construídos.

Esses padrões de fala estabelecem as identidades e as relações entre essas identidades no interior de um ambiente social. Podemos questionar se esses padrões são de consistência variável, deixando a cargo da efetividade da argumentação a sua solidificação. Pode ser talvez por isso que a utilização de um discurso, insistentemente, durante um longo período tem o desembocar no petrificar alguns sentidos. Por exemplo, se colocarmos a palavra "vândalo" em todos os noticiários sobre uma revolta popular, desde os jornais da manhã até as mesas redondas do horário noturno, estaremos - como ressalta Citelli (2001) - auxiliando com muito empenho na constituição da identidade daqueles que se apresentam às ruas para se rebelarem. Sendo enunciação e interior ao ser humano, a notícia jornalística se apresenta como participante da ordem discursiva e constituinte desses padrões de fala. Por conseguinte, se constitui como instância fundamental da grade de programação de uma emissora de televisão para a construção da realidade social em que está imbricada. Agimos discursivamente sobre as formas físicas de ação e, do mesmo modo, agimos fisicamente sobre as formas discursivas. Assim, podemos constatar que as notícias jornalísticas, como enunciados influentes na construção da realidade, constituem esta realidade conforme a ação dos participantes do discurso. Ou seja, as notícias constituem a realidade conforme o agir dos jornalistas, repórteres, editores-chefes, da audiência e dos demais incluídos no processo discursivo. Estes participantes do discurso noticioso são responsáveis

por compor um conceito a que Habermas (1989) se referia como “mundo da vida”. Para o filósofo alemão, a ação comunicativa é responsável pela reprodução das estruturas simbólicas do mundo da vida (cultura, sociedade, pessoa). Assim, a ação comunicativa serve para transmitir e renovar o saber cultural, propiciar a integração social e formar a personalidade individual (PINTO, 1994, p.71). O jornalismo tem sua função ressaltada neste aspecto. Na construção da notícia, Charaudeau (2010) aponta que o acontecimento/fato que servirá de matéria prima para a produção da notícia jamais é transmitido em seu estado bruto, ele depende 1- "do produtor da mensagem" (que no caso das notícias se constitui de um coletivo de atores como repórter, produtor, editor-chefe) que agirá através de um ato de linguagem que transforma o acontecimento em significativo e 2- "do olhar de quem recebe e significa o acontecimento segundo sua própria competência de inteligibilidade" (CHARAUDEAU, 2010, p.95). Para Jorge Pedro Souza (2002), por exemplo, as notícias têm sempre a marca da ação pessoal de quem as produz, embora "temperada" por outras forças conformadoras. Ou seja, as notícias são fruto da interação entre a ação pessoal e as demais ações (social, organizacional, ideológica, do meio físico-tecnológico e histórica). De qualquer forma, os indivíduos envolvidos no processo de comunicação - seja na instância de produção, de transmissão ou recepção - estão habilitados a modificar o sentido de qualquer parte do enunciado. A intenção com esta constatação não é a de demonizar alguma possível intenção de manipulação da mídia sobre as manifestações em 2013, mas de evidenciar as tendências discursivas da mídia sobre o acontecimento, principalmente no que se refere a questões relacionadas à "paternalização" da mídia sobre a sociedade, numa circunstância em que ela assume o posto de oráculo para tentar servir de bússola aos indivíduos e orientar suas ações dentro das dinâmicas sociais. Uma das funções da mídia segundo Charaudeau é a “regulação do cotidiano social”, o que se assegura por meio da dispersão de discursos que “determinam o que são e o que devem ser os comportamentos do corpo social”, normatizando as relações sociais em enquadres de experiência fundamentados em "avaliações éticas, identificações ou recalques de emoções que informam o que deve ser compreendido como ordem ou desordem, bom ou ruim, desejável ou indesejável" (CHARAUDEAU, 2010, p.119).

Como um dos principais produtos da mídia jornalística de massa, a notícia se evidencia como uma das formas mais eficientes de exercício desta regulação. Isso

porque as formas como essas notícias podem ser veiculadas são extremamente influentes nas maneiras como os indivíduos as interpretam. Podemos fazer aqui uma diferenciação entre notícia/informação e ficção/entretenimento, não que o entretenimento não tenha o poder de influenciar nos comportamentos do corpo social, mas é que a informação jornalística toma um valor de verdade que torna intrínseca a sua contestação por parte da audiência. A informação é sempre dada por um informante e este informante é testemunha, ou seja, “desempenha o papel de portador da verdade na medida em que sua fala não tem outro objetivo a não ser de dizer o que viu e ouviu” (CHARAUDEAU, 2010, p.53). Essa informação sempre decorrerá através da linguagem. As notícias são enunciados e, como enunciados, elas não se abstêm de sua função regulatória.

As notícias quando veiculadas nos jornais procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa, nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas- o que é bastante diferente- transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado (DELEUZE e GUATTARI apud GOMES, 2004, p.15).

Essa ordem, a qual as palavras estão submetidas, respeitará sempre a vontade do dominante discursivo, aquele que tem o poder legítimo no âmbito do discurso para transmitir essas palavras de ordem e que conseqüentemente estarão submetidas ao seu interesse. Foucault (1996, p.9) já supunha que, em toda a sociedade, a produção do discurso é "controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos", e são esses procedimentos que regulam os poderes e perigos do discurso e sua materialidade. A informação chega ao indivíduo de forma regulada pelos seus produtores. Essa influência da mídia sobre a audiência, segundo Muniz Sodré (2002, p.44), não é apenas normativa, mas emocional e sensorial. Este autor explica que há uma estetização generalizada da vida social em que "identidades pessoais, comportamentos e até juízo de natureza supostamente ética passam pelo crivo de uma invisível comunidade do gosto, na realidade o gosto médio, estatisticamente determinado". E essas padronizações do comportamento, ao meu ver, contribuem para aquilo que Foucault (1996, p.38) designou como sendo os procedimentos de sujeição. O autor entende que esses procedimentos que assujeitam o indivíduo - como os rituais da palavra, os grupos doutrinários, sociedades do discurso e as apropriações sociais - controlam o

discurso, impondo aos indivíduos que o pronunciam certo número de regras, não permitindo que todo mundo tenha acesso a ele (FOUCAULT, 1996, p.36). Vista desta forma, a mídia é uma instância constituída de procedimentos de sujeição em que os rituais da palavra, os grupos doutrinários e as apropriações sociais se tornam imperativos para a formação discursiva. Desde a reunião de pauta até a condução de uma entrevista, todo o processo está sob o seu controle e de seus agentes, que atuam em seu interior, o que pode escamotear ainda mais algumas intencionalidades participantes deste jogo discursivo.

A necessidade que temos de nos orientar no nosso cotidiano (saber as horas, andar no trânsito, procurar emprego etc.) faz com que nos utilizemos das informações presentes no nosso ambiente social; e as informações presentes aí são, em grande parte, provindas da mídia. Desta forma, também temos a necessidade de entender a mídia e tudo que envolve a produção dos seus discursos, pois temos a intenção de nos orientar no nosso conhecimento sobre a realidade, talvez formando opiniões sobre os assuntos que nos cercam. Interpretamos esses discursos com nossa capacidade cognitiva e naquilo que concerne a nós e à nossa subjetividade. Mas nossa resposta ao discurso midiático televisivo, como acusam Thompson (1998) e Sodr  (2001), n o   dial tica. Este  ltimo aponta a voca o discursivo-hegem nica da televis o. Para Sodr  (2001, p.21), "os meios de informa o constituem, em seu conjunto, um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado (se articula ideologicamente com a classe que controla o Estado)". Este controle hegem nico do discurso se deve ao tipo de intera o que Thompson (1998, p.80) chamou de "quase-intera o". Os outros dois tipos s o o face a face (di logo presencial entre pessoas) e o mediado (por telefone, computador etc.). A quase-intera o se refere   caracter stica de separa o entre os contextos de produ o e recep o do discurso, tanto com rela o ao tempo como ao espa o. Para o autor, um indiv duo dentro dessa estrutura (de intera o) ir , at  certo ponto, se adaptar a ela, construindo junto   inst ncia de produ o o que Charaudeau (2010, p.67) nomeou como "contrato de comunica o", onde toda troca e rela o de comunica o t m restri es sobre os elementos de comunica o e essas restri es formam o palco comunicacional.   nesse contexto, nesse contrato de comunica o, que s o realizados e recebidos os discursos. A profus o de formas simb licas nesse "palco comunicacional midi tico"   conturbada e tem um volume incessante. Devemos trabalhar para evidenciar poss veis edifica es discursivas que possam

sustentar e legitimizar o poder político por grupos hegemônicos que impossibilitam o "poder simbólico" (THOMPSON, 1998) de indivíduos em posição de desvantagem discursiva. Vemos o poder simbólico como a possibilidade "emancipatória" dos indivíduos através do discurso. A emancipação de grupos sociais em situação de desvantagem discursiva pode gerar contextos mais justos entre os participantes do contrato comunicacional e assim produzirmos uma comunicação menos vertical e mais acessível aos diversos públicos.

3 JN NA REALIDADE BRASILEIRA

De acordo com Wolton (1996), a TV impulsionou a modernização porque todas as classes sociais a consumiam. Quer dizer, então, que o meio pelo qual as pessoas majoritariamente abastecem sua percepção social da realidade - considerando a sociedade de uma maneira geral - é a televisão. E ainda que em tempos idos o impresso e o rádio já tivessem ocupado essa posição e que a internet se mostre como sua sucessora, a televisão continua a configurar como o meio mais influente na formação social do nosso tempo. Isso se confirma em pesquisa do Ibope (2014) aplicada a todo o território nacional, em que 76% dos entrevistados mencionaram primeiramente a televisão quando perguntados sobre *qual meio de comunicação você usa mais*. Levando em consideração as três primeiras menções, a televisão teve a indicação de 96% das pessoas. Não obstante, 65% das pessoas ainda afirmaram que assistem TV nos 7 dias da semana. Dessa forma, podemos ver que esses dados mostram a força que o veículo ainda exerce em nossa sociedade. E isso se deve, em grande parte, à evolução dos meios tecnológicos, que permitiu que nossos lares fossem tomados por esses aparelhos e que pudessem nos trazer os sentidos que servem de combustível para nossa percepção da realidade.

No entanto, o desenvolvimento do aparelho de TV não só sempre dependeu do progresso tecnológico, como também - e o que é fundamental para nossa análise - sempre esteve ligado à vontade de representação e reportagem da realidade proporcionadas por essas tecnologias. A necessidade de capturar o real foi uma alavanca no decorrer das invenções tecnológicas, tomando grande impulso com a fotografia, passando pelo cinema e pelo rádio, para seguir sua marcha pelo século XX e início do XXI com imagens a cores, 3D, alta definição etc. Com esse tecido

servindo de pano de fundo para a veiculação de conteúdo nos canais de telecomunicação e com o desenvolvimento tecnológico ligado às atividades do mercado, não é de se surpreender que Muniz Sodré (2001) faça a acusação de que a economia e, como apêndice, a política funcionem como condutoras destas atividades. Na verdade, sobre a tevê, Sodré a expõe como um sistema informativo complexo que funciona **nos moldes** da economia de mercado. Esse sistema, na visão do autor, está conectado com os outros meios de comunicação e também com a indústria de bens, os serviços e a publicidade. Pierre Bourdieu mesmo notou que "o universo do Jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência" (1997, p.77). Segundo Sodré, o sistema é interdependente e a televisão faz o coroamento desse processo, dando a última palavra em termos de tecnologia informacional. Como depende do funcionamento da economia, para sobreviver, a única política moderna da TV é a "ideologia do consumo" (2001, p.29). Esse caminho, diz o autor, "cheio de conteúdos metropolitanos (estilo de vida, consumo de bens e serviços), é capaz de alterar o comportamento da sociedade moderna" (SODRÉ, 2001, p.30). Este efeito modernizador provocado pela televisão pode também revelar uma tendência de controle sobre os meios. Se a TV, como meio de comunicação, é responsável pela construção da realidade, que inclui em seu bojo a percepção sobre a economia, então os grupos mais interessados em tomar as rédeas desta construção exercerão sua influência para estimular o caminhar da sociedade em prol dos seus interesses. Por isso mesmo Sodré aborda a articulação ideológica da mídia com as classes que controlam o Estado. O autor observa que os meios assumem uma forma geral de poder de Estado.

Sodré considera a Televisão essencialmente uma forma de poder. Outro ponto, abordado por ele, é a articulação ideológica da mídia com as classes que controlam o Estado. O autor observa que os meios assumem uma "forma" geral de poder de Estado. Ele lembra que, mesmo tendo diferenças entre as classes no poder, (conservadoras ou transformadoras) e o nível de atuação de cada mídia, existe esta articulação, concebendo a televisão como uma forma de poder.

Desta forma poderíamos também conceber o JN como o ponto nodal desta forma de poder, já que é ele mesmo o telejornal mais influente e mais assistido da nossa sociedade. Em contraponto à continuação dessa hegemonia, poder-se-ia dizer que a audiência do JN vem caindo paulatinamente nos últimos anos e que,

ainda mais contundente, a própria televisão anda pendendo audiência de uma forma ampla para a internet. Verdade. Mas, lembremos que 76% das pessoas ainda dizem televisão como principal meio de comunicação e ainda que ao serem perguntadas sobre o programa a que mais assistem durante o meio de semana (segunda à sexta-feira), 16% das pessoas entrevistadas pelo Ibope responderam JN, perdendo apenas para a novela das oito com 18% de menções. Enquanto o programa terceiro colocado, o Jornal da Record, foi citado por 8% (IBOPE, 2014, p.17). Esses dados não deixam dúvidas quanto à larga soberania da influência que o JN tem na vida pública brasileira. Entretanto precisamos averiguar como o discurso neste âmbito é articulado e se podemos conferir interesse político nestas intervenções narrativas do cotidiano em manifestação. Para, a partir disso, podermos tentar conceber as transformações no modo de presença do sujeito em nossa realidade.

4 CAMINHOS DO ESTUDO

Como falamos anteriormente, a ACD foi construída em bases teórico-metodológicas. Em nossa análise usaremos a Estrutura Analítica da ACD que foi fornecida por Fairclough e modelada com base no conceito de *apreciação crítica explicatória* do teórico crítico Roy Bhaskar (apud CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Nela vamos poder sistematizar alguns pontos fundamentais para o nosso aprofundamento em aspectos das práticas discursivas realizadas durante o período estudado, estruturadas em 5 tópicos. Esta análise tem a possibilidade de dar ênfase a um problema semiótico (**tópico I**), porém entendendo a semiótica não como o estudo da linguagem não verbal ou como uma convencionalizada disciplina recorrentes nos cursos de Comunicação Social, mas sim como "todos os sistemas de produção de sentido" (SANTAELLA, 2005, p.2). Desta forma, pretendemos implicar, em um primeiro momento, um dolo à prática discursiva do JN pela mudança verificada na opinião pública sobre as próprias manifestações. Realizaremos essa verificação através da análise sobre a condução ideológica das práticas discursivas durante os atos de junho de 2013. Para isso, inspirado em Resende e Ramalho (2006), vou usar os *Modos de Operação da Ideologia* de John B. Thompson (2002) tentando evidenciar como essas manifestações e seus sujeitos foram significados nas reportagens analisadas. Isso nos ajudará a desvelar algo ligado às questões

colocadas pela Estrutura Analítica da ACD como o problema social de aspecto semiótico, podendo, desta forma, encontrar os obstáculos para a resolução desse problema e suas possíveis soluções, itens que, juntos a outras questões, também faz parte do restante que completa a nossa Estrutura Analítica. A estrutura então fica assim:

4.1 Estrutura Analítica da ACD

I. Dar ênfase em um problema social que tenha um aspecto semiótico.

- Modos de operação da ideologia;

II. Identificar obstáculos para que esse problema seja resolvido, pela análise:

a. Da rede de práticas na qual está inserido;

b. Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão;

c. Do discurso (a semiose em si):

- Estrutura analítica: a ordem de discurso;

- Análise interdiscursiva;

III. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;

IV. Refletir criticamente sobre a análise (1-4).

5 A ANÁLISE

I. Dando ênfase a um problema social com aspecto semiótico, encontramos em uma pesquisa sobre as manifestações, realizada pelo Datafolha durante o período de agitação, dados que retratam um declínio da opinião pública sobre o apoio aos atos: no final do mês de junho este apoio era de 89%, passando para 74% em setembro e para 66% no final de novembro (DATAFOLHA, 2013, p.7). Mas o que mudou na opinião dessas pessoas? Minha hipótese neste trabalho é que o discurso midiático televisivo, de alguma forma, contribuiu para esse declínio.

O fim dos protestos é algo natural, ninguém pode manter uma onda de manifestação de dimensões nacionais por tempo demasiado. Mas o que mais chama

atenção não é a dispersão dos manifestantes das ruas, e sim a decaída no apoio às manifestações que enfraqueceu em 23%. Levando em consideração que esse juízo é formado majoritariamente pelo conteúdo produzido e distribuído na mídia, é conveniente investigar nela mesma um viés ao qual possamos atribuir influência no resultado apresentado. Em especial, pelo veículo mais consumido que é a TV, através de seu telejornal mais assistido. Dessa forma, buscamos as razões para esse declínio nos discursos jornalístico do JN e nos propomos a indagar se é possível buscar nesses discursos um primeiro passo para a atribuição desse declínio a essas práticas discursivas. Partimos da premissa foucaultiana de que uma prática discursiva disciplinadora pode ser propulsora de uma mudança social, pois "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações" (FOUCAULT, 1987, p.163) e as mudanças que podem ocorrer em determinada sociedade estarão estreitamente relacionadas com essas limitações, proibições e obrigações impostas por essa mesma sociedade. Tentaremos evidenciar toda essa articulação discursiva através dos Modos de operação da ideologia de Thompson (2002). Aplicando esse arcabouço nas reportagens do JN analisadas, poderemos enxergar de forma mais clara a significação dos sujeitos nas práticas discursivas das matérias.

Com John B. Thompson (1998), explicamos que o que importa no termo comunicação de massa não é a quantidade da audiência, mas a pluralidade desta audiência. Isso implica dizer, por exemplo, que uma emissora de TV ou rádio ou periódico especializados em determinado segmento (sobre automóveis, cultura, culinária etc.) podem ter a audiência maior que um canal de abrangência nacional e mesmo assim não ser considerado um produto midiático de massa, pois o que importa nesta questão é a pluralidade de seu público. Esta é uma visão que rompe com as primeiras noções da comunicação de massa formuladas pelas correntes funcionalistas norte-americanas do início do séc. XX, entre elas, a *Mass Communication Research*, quando o público era visto como um corpo homogêneo de indivíduos. Assim, deve-se pensar a comunicação de massa também de outra forma, distante da ideia de assimilação passiva do conteúdo pela audiência, já que os públicos de um produto midiático de massa são heterogêneos e, portanto, diferentes em sua maneira de pensar e agir. A comunicação de massa para Thompson implica na "produção institucionalizada e difusão generalizada de bens

simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico" (1998, p.30) para um público heterogêneo.

Sabemos que a TV no momento atual é o mais popular dos meios de comunicação no Brasil (IBOPE, 2014, p.15). Um dos motivos é por ela ser de fácil absorção, pois a comunicação televisiva retoma a oralidade que é dominada pelo conjunto social sem que seja preciso para isso uma instrução de maior nível cognitivo. O aparelho ainda tem vantagens por ser de fácil acesso já que seu estado tecnológico permite um custo baixo de aquisição, além do poder sedutor da imagem. Isso faz com que a TV se torne neste momento, disparado, o veículo líder de audiência em relação aos outros meios de comunicação. E o JN é o principal programa jornalístico em se tratando de audiência (IBOPE, 2014, p.20). Nada mais simbiótico com o *status quo* do que o principal porta-voz da moção criadora das realidades sociais. Essa relação estabelece relações de poder consagradas e consolidadas nesta realidade. O *status quo* precisa legitimar suas ações - mesmo que violentas - diante da sociedade e a mídia é um elemento importante para essa legitimação. A organização discursiva das instituições jornalísticas delimita não só o *status* daquele que fala, tal organização delimita também o que significa tomar o discurso, tomar o direito de falar. A tomada da fala se dá pelas regras de uma dada instituição, mas essa enunciação precisa ser evidenciada por mecanismos dela própria instituição, para que fique claro que aquele espaço – o espaço de fala – é o lugar de poder, o lugar de desejo de quem ao seu alcance se considera. É nesses termos que a voz contraventora intenta se instaurar. Uma voz que contrapõem o ponto de vista hegemônico e que destoa da corrente. Mas não obrigatoriamente do que é dito, mas também do como é dito. Por isso as vozes nas ruas fazendo manifestações não precisavam falar o que não era costumeiramente dito, mas, mesmo sendo costumeiramente dito, falar por uma via que poderia despertar atenção para o dizer. Um contestador não obrigatoriamente do que é dito, mas do dizer. Em resumo, o poder fica a mercê da própria materialidade que o cria e que ajuda a criar. E o cerne da relação entre discurso e sociedade é o poder.

O desenvolvimento da comunicação de massa aumenta, significativamente, o raio de operação da ideologia nas sociedades modernas, pois possibilita que as formas simbólicas sejam transmitidas para audiências extensas e potencialmente amplas que estão dispersas no tempo e no espaço (Thompson, 2002, p.341). Este é

o arcabouço de John B. Thompson que utilizaremos para nossa análise das construções simbólicas e ideológicas, representado no quadro:

Tabela 1 - Modos de Operação da Ideologia (THOMPSON, 2002, p.81)

MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA	ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA
<p>LEGITIMAÇÃO</p> <p>Relações de dominação são representadas como legítimas</p>	<p>RACIONALIZAÇÃO (uma cadeia de raciocínio que procura justificar um conjunto de relações)</p> <p>NARRATIVIZAÇÃO (exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente)</p>
<p>DISSIMULAÇÃO</p> <p>Elações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas</p>	<p>DESLOCAMENTO (deslocamento contextual de termos e expressões)</p> <p>EUFEMIZAÇÃO (valoração positiva de instituições, ações ou relações)</p> <p>TROPO (sinédoque, metonímia, metáfora)</p>
<p>UNIFICAÇÃO</p> <p>Construção simbólica de identidade coletiva</p>	<p>PADRONIZAÇÃO (um referencial padrão proposto como fundamento partilhado)</p> <p>SÍMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE (construção de símbolos de unidade e identificação coletiva)</p>
<p>FRAGMENTAÇÃO</p>	<p>DIFERENCIAÇÃO (ênfase em</p>

Segmentação de indivíduos ou grupo que possam representar ameaça ao grupo dominante	características que desunem e impedem a constituição de desafio efetivo) EXPURGO DO OUTRO (construção simbólica de um inimigo)
REIFICAÇÃO Retratção de uma situação transitória como permanente e natural	NATURALIZAÇÃO (criação social e histórica tratada como acontecimento natural) ETERNANIZAÇÃO (fenômenos sociohistóricos apresentados como permanentes) NOMINALIZAÇÃO/ PASSIVAÇÃO (concentração da atenção em certos temas em detrimento de outros, com apagamento de atores e ação)

Separamos as matérias em frames e analisamos aqueles que tornem possível uma interpretação das manifestações e de uma leitura através do quadro apresentado por Thompson. A transcrição foi feita a partir do momento que o âncora anuncia a matéria - a cabeça da reportagem - até o momento de fechamento da mesma - o pé da matéria. Nestes frames vamos encontrar as manifestações em processo de significação por parte dos comunicadores, e que serão destacados por negrito.

REPORTAGEM 1 (edição do dia 07/06/2013):⁵

⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/sp-protesto-contr-aumento-de-passagens-causa-nova-confusao.html>

Tabela 2 - Frames da reportagem 1

CHAMADA	<i>Pelo segundo dia seguido, um protesto contra o aumento das passagens de transporte público provocou muita confusão, em São Paulo.</i>
2	O protesto hoje atingiu as principais avenidas da Zona Oeste de São Paulo. Nós vemos agora um bloqueio da Polícia Militar que acompanhou os manifestantes desde 18h. Os manifestantes ocuparam as principais avenidas da cidade, desceram a Av. Rebouças, uma grande concentração, foram para a Marginal Pinheiros, uma das avenidas mais movimentadas da cidade, e seguiram depois numa av. menos movimentada. Lá aconteceu um princípio de confronto e a polícia teve de soltar bombas . Depois desse ponto, seguiram para o ponto inicial do protesto, onde estão até agora. A manifestação de ontem assustou os moradores da cidade.
3	Pichações, vidros quebrados, bancas de jornais depredadas. A balconista Karina Augusto estava dentro de uma delas. "De repente um barulho de bater aqui na lateral, que vocês viram que está quebrado. Parece que foi um chute, uma bica na porta. Foi bem apavorante", lembra.
4	Durante um protesto contra o reajuste de R\$ 3 para R\$ 3,20 nas passagens de ônibus e do metrô, começou a violência . No Anhangabaú, centro da cidade, manifestantes atearam fogo em cones . Depois caminharam em direção à Avenida Paulista, onde houve o primeiro confronto com os policiais.
5	Uma cabine da polícia foi jogada ao chão. Uma lixeira de concreto foi usada como barreira. Bombas de gás, tiros para o alto e rojões pipocavam entre policiais e manifestantes. O vandalismo assustou quem trabalha na região. "Eles chegaram já atirando as garrafas nos

	clientes, nós tomamos prejuízo de R\$ 1,5 mil a R\$ 2 mil", conta Marcos Dantas da Silva, garçom.
6	Para fugir do confronto, motoristas fizeram manobras perigosas . Um shopping foi invadido, pichado e um carro que seria sorteado, depredado. O prejuízo foi de R\$ 6 mil . Seis pessoas foram autuadas em flagrante. Quatro pagaram fiança e duas continuam presas. A avenida mais famosa de São Paulo ficou irreconhecível .
7	As placas de madeira cobrem o que foi destruído da entrada desta estação do metrô. A companhia diz que o prejuízo foi de R\$ 73 mil só com lâmpadas e vidros quebrados. O valor que vai ser gasto com o conserto é o mesmo da venda de bilhetes para que 22.812 passageiros usem o transporte apenas uma vez. Hoje, durante o dia, tudo começava a voltar ao normal.
8	<u>Fala do repórter ao vivo</u> Na Avenida Paulista. Na Zona Oeste, a situação ainda era agitada nesta noite. A polícia mantém o bloqueio. ...manifestação que não terminou, mas que no momento não tumultua mais a cidade.

Considerações

1- CHAMADA: Essa é usada como espécie de título da matéria e apresenta uma operação que está em consonância com os termos *causa*, *consequência*, *efeito* e que está mais compatível com a operação de DISSIMULAÇÃO → DESLOCAMENTO. Vemos que o texto diz que o protesto causou a confusão, colocando-o como o culpado pela situação indesejada. O texto é claro e direto, a confusão foi causada pelo protesto. Se a interpretação depender apenas desse fragmento, o telespectador dificilmente poderá cogitar algo mais complexo envolvendo as instituições policiais na motivação dos conflitos deflagrados. Temos que observar também que é uma prática comum no telejornalismo o fato dessa chamada da reportagem ser proposta pelo próprio repórter ao âncora, para que

possa executá-la, ou até mesmo este âncora se encarregar de fazê-la baseado nas informações contidas na matéria, na condição de apresentar e introduzir o material que está prestes a ser veiculado. Este frame não só traz a concepção de que a confusão foi provocada pelo protesto, como também deixa claro que o protesto era contra o aumento nos preços das passagens, ideia que, repetida várias vezes, pode deslegitimar a reivindicação dos manifestantes através da diminuição do valor dos motivos frente o tamanho extenso das consequências indesejáveis. Parece razoável conjecturar que uma confusão de grandes proporções não se justifica por uma quantia de dinheiro que, dependendo do ângulo da análise, não é tão considerável assim.

2- Aqui encontramos o modo de operação de LEGITIMAÇÃO como uma RACIONALIZAÇÃO, ou seja, uma cadeia lógica de raciocínio que procura justificar uma relação. De maneira resumida, o texto diz que houve um princípio de confronto, por isso "a polícia teve de soltar bombas", reagindo, dessa forma, da única maneira que poderia reagir. A partir daí, toda a truculência policial está legitimada e, por sua vez, toda a manifestação causadora da desordem social está condenada por todos os percalços.

3- Neste trecho a dinâmica da argumentação oferece uma FRAGMENTAÇÃO → EXPURGO DO OUTRO; neste trecho o representado é colocado como inimigo, algo que assusta.

4- Nesta passagem fica bem claro que foi "durante um protesto contra o reajuste de R\$ 3 para R\$ 3,20 nas passagens de ônibus e do metrô" que "**começou a violência**". Pois bem, atuando como uma UNIFICAÇÃO em forma de SÍMBOLIZAÇÃO DA UNIDADE, é feita uma construção do símbolo dessas manifestações, ou seja, o aumento de 20 centavos nas passagens do transporte público, criando uma identificação ao conjunto de agente coletivos e os responsabilizando pelos transtornos.

5- Podemos nos questionar se aqui é utilizado o deslocamento de termos em relação ao protesto. Já não se fala mais em protesto, reivindicação ou luta por direitos e melhorias, tudo é vandalismo. De um modo geral, os manifestantes e o protesto foram representados de forma negativa em todas as passagens e a forma como o jornalista se coloca em quase toda a reportagem é a de testemunha. A função de mediador só aparece no momento em que outras testemunhas são convidadas a relatar os acontecimentos que presenciaram. Essa predominância

pode dar a sensação de se estar reportando tudo o que aconteceu. O efeito de real é bem maior.

6- Nesta parte as perdas são ressaltadas e os prejuízos colocados na conta.

7- Outro momento desta reportagem em que o jornalista se coloca de forma didática é quando faz o comparativo entre os estragos no metrô - 73 mil reais - e as passagens que se poderia comprar com este valor - 22.812. Esta forma pedagógica de exemplificar a realidade serve como atenuante que dá ênfase ao estrago no metrô. Deste modo, conseguimos ter uma noção comparativa da realidade, já que o efeito de realidade parece sempre ter seus pontos de referência.

REPORTAGEM 2 (Edição do dia 21/06/2013):⁶

Tabela 3 - Frames da reportagem 2

CHAMADA	<i>Mas nem todos que foram à Esplanada dos Ministérios, na noite de ontem, queriam se manifestar de forma ordeira. Vândalos se misturaram ao movimento e tentaram atear fogo ao prédio do Ministério das Relações Exteriores.</i>
2	Um cone no espelho d'água, montes de cacos de vidro, pichações. Sinais do ataque de ontem ao Palácio Itamaraty. Mais de 60 janelas foram quebradas durante a tentativa de invasão ao Itamaraty. Este aqui é o corredor que dá acesso à entrada da garagem do prédio, um monte de vidros quebrados no chão. E, mais, encontramos os restos de bombas incendiárias, atiradas pelos vândalos .
3	Foi o momento mais tenso da noite quando um grupo tentou entrar na sede da diplomacia brasileira. Imagens cedidas pela emissora venezuelana Telesur mostram a chegada dos manifestantes . Eles usaram pedaços de pau, pedras e cones para quebrar as vidraças. Este manifestante chutou a janela, mas não conseguiu quebrá-la.

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/vandalos-se-misturam-movimento-e-tentam-atear-fogo-no-itamaraty.html>

4	<p>Os jatos do spray de pimenta, jogados de dentro do edifício, não intimidaram os baderneiros, que lançaram uma bomba incendiária dentro do prédio. O fogo foi rapidamente apagado. E o extintor, as bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, conseguiram finalmente expulsar os manifestantes. O ministro de relações exteriores foi ontem à noite mesmo ver os estragos. “Pessoalmente, eu tinha defendido o direito dos manifestantes pacificamente veicularem suas reivindicações no espírito democrático e continuarei a fazê-lo. A partir do momento que a violência é utilizada dessa forma, assim gratuita, eu acho que uma mensagem de repúdio muito firme tem que ser transmitida” disse o ministro Antonio Patriota.</p>
5	<p>Em frente ao Congresso, outros arruaceiros faziam fogueiras no gramado. E provocavam a polícia, jogando rojões na direção da tropa. Os policiais respondiam com gás de pimenta e bombas de efeito moral e botaram os vândalos pra correr.</p>
6	<p>Um rastro de destruição pela Esplanada dos Ministérios. Lixeiras, orelhões, pontos de ônibus, placas de sinalização. E quase todas as bandeiras da alameda dos estados foram arrancadas. A catedral de Brasília também foi alvo de pichações. Um dos organizadores da manifestação criticou o vandalismo.</p>
7	<p>“A gente tem que identificar essas pessoas pra retirar do movimento. E, retirando essas pessoas do movimento, a gente consegue continuar com um ato bem bonito onde vamos conseguir muita coisa”, disse a estudante Jimmy Lima. Em repúdio ao vandalismo, os funcionários do Itamaraty deram um abraço no prédio que é considerado uma das obras-primas do arquiteto Oscar Niemeyer.</p>

Considerações

CHAMADA - Na cabeça da reportagem começa-se uma tímida separação entre manifestantes e vândalos, mas que ainda se mostra confusa. Aqui é utilizado o

modo de operação da ideologia que Thompson cunhou de FRAGMENTAÇÃO → DIFERENCIAÇÃO. Que vai ficando mais latente ao desenrolar da narrativa. Logo no primeiro parágrafo o repórter se coloca na forma de interprete do acontecimento. A colocação de que "nem todos que foram á esplanada queriam se manifestar de forma ordeira" traz um tom interpretativo no entendimento de que a manifestação deveria ser ordeira, mas algumas pessoas - se não todas - se dissociaram disso. O repórter não diz que a manifestação foi ordeira e nem que foi desordeira, ele apenas diz que a manifestação deveria ser ordeira e, infelizmente, não foi.

3- "*Este manifestante chutou a janela*", isso ainda cria dúvidas sobre quem são os baderneiros. Ainda temos uma confusão sobre quem são os manifestantes de direito e os vândalos. Ao retornar com o termo manifestante, o repórter não deixa clara a separação que ele queria fazer entre estes e os vândalos, os termos ora são utilizados para separar, ora se misturam e confundem no texto.

4- "Os jatos do spray de pimenta, jogados de dentro do edifício" - provavelmente pela polícia - dá clara impressão de que tinham a função de afastar e controlar a situação, mas que "não intimidaram os baderneiros, que lançaram uma bomba incendiária dentro do prédio".

5- Também temos (assim como na representação) a LEGITIMAÇÃO através da RACIONALIZAÇÃO. Novamente a polícia agiu legitimamente, pois os vândalos provocaram a polícia.

REPORTAGEM 3 (edição do dia 27/06/2013)⁷

Tabela 4 - Frames da reportagem 3

CHAMADA	Em Fortaleza o protesto que reuniu milhares de manifestantes terminou em confronto depois que um bando tentou romper o cerco policial.
2	A manifestação começou com uma caminhada em direção à Arena Castelão, onde Espanha e Itália se enfrentariam. Cerca de

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/protesto-que-reuniu-milhares-em-fortaleza-termina-em-confronto.html>

	cinco mil pessoas reivindicavam reforma política imediata, aumento salarial para os professores e mais recursos para saúde e educação.
3	A passeata transcorria sem incidentes até chegar à área de isolamento montada pela polícia, a 3 quilômetros do estádio. Foi quando um grupo tentou furar o bloqueio. "A PM reagiu a uma agressão que foi feita contra os policiais. Houve uma reação, uma dispersão, mas, tudo dentro do controle", afirmou o comandante da PM Werislake Matias.
4	Durante o quebra-quebra , os arruaceiros depredaram este ônibus que levava torcedores. O veículo foi jogado contra os policiais. Um carro de reportagem da TV Diário foi incendiado e outro da TV Jangadeiro, apedrejado.
5	Neste momento os vândalos utilizam placas de publicidade como escudo e avançaram gradativamente sobre a polícia, que montou dois bloqueios: o primeiro humano e o segundo com a cavalaria bem aqui na frente. A medida em que os policiais tentavam dispersar o grupo, o confronto ficava mais intenso e atingia os moradores. "Eles começaram a soltar bombas aqui dentro. Aí as crianças começaram a chorar, a gritar com os olhos ardendo", contou a agricultora Nardônia Dias.
6	No fim da tarde, os baderneiros começaram a fugir. Pelo menos 111 pessoas foram detidas. Aqueles que só queriam se manifestar não esconderam a indignação. "Isso não é o que eu vim fazer aqui. O que eu vim fazer aqui foi outra coisa, não foi participar de tudo isto. Essa quebradeira, essa palhaçada que teve aqui não foram os manifestantes", comentou Stefane Alves Nojosa, estudante.

Considerações

CHAMADA- diferente da nossa primeira matéria, não é mais o protesto que causa o confronto. A frase só dá conta de que o protesto acabara em confronto. Na primeira reportagem o protesto era contra o aumento na tarifa de ônibus; na segunda reportagem nem se fala no porquê da manifestação; só na terceira é que os manifestantes assumem o posto de autores de reivindicações. Nada de manifestação contra algo, agora eram pessoas, cidadãos que reivindicavam melhorias nos serviços públicos, evidenciando uma mudança discursiva - talvez estimulada pelas fortes críticas às coberturas realizadas pela imprensa. Os motivos que levaram a eclosão dos protestos já se dispersaram, a esta altura já tinha se tornado comum atribuir aos poucos baderneiros a culpa pelas confusões.

2- É aí que se começa, ainda que timidamente, a dar atenção às reivindicações dos manifestantes. Agora sabemos, nomeadamente, que os motivos são as melhorias na educação, na saúde e reforma política. Um pretexto mais nobre foi dada a ação.

5- Mais uma vez a FRAGMENTAÇÃO entra na narrativa. Os baderneiros e vândalos são colocados em lugares separados para, a partir daí, serem expurgados. Porém a reação lógica da polícia para dispersar os manifestantes, as ações de violência da polícia são LEGITIMADAS em um processo de RACIONALIZAÇÃO; em todas as sequências em que a polícia teve de usar a força, houve um encadeamento de fatos que colocavam os manifestantes como causadores de uma situação de caos urbano, para daí sim os policiais entrarem em cena.

II. Identificando obstáculos para que esse problema seja resolvido, elencamos as seguintes situações:

a) Da rede de práticas na qual está inserido:

Durante a análise das imagens e das narrativas das reportagens podemos perceber que os repórteres e jornalistas estão distantes das manifestações. Nas imagens, os repórteres e cinegrafistas mantinham uma distância considerável do objeto das matérias. Isso em certa medida contribui para facilitar a distorção dos acontecimentos, quanto mais longe mais difícil será uma manipulação consistente deste objeto. Uma proximidade dos fatos pode fazer com que o próprio jornalista esteja legitimado em sua fala, como alguém que "esteve lá". Quando se perde a

legitimidade no que se fala, mesmo que um pouco, corresse o risco de ser imputado como má índole.

b) Das relações de semiose com outros elementos dentro das práticas particulares em questão:

Um primeiro apontamento que é necessário fazer é o da própria atividade jornalística se apresentar como uma representação do mundo, e assim tem-se já a dificuldade de estabelecer uma dimensão do todo, já que o jornalismo opera por recortes e nomeações de partes do mundo. Mesmo que o agente, o jornalista, vá com a melhor equipe de reportagem e trabalhe intensamente durante todo o tempo em que houver manifestação, ele ainda estará retratando apenas uma parte do todo, não cabe ao material produzido por esse trabalho a alcunha de realidade, mas sim de nomeações do real.

Nomear é isolar campos, é instrumento não de representar o mundo como ele é, mas de recortar: arrancamos uma parte do humano e a instituímos num outro tipo de existência, que se presta a hierarquizações, a inserções ou exclusões no plano social (GOMES, 2004, p.6).

Além da limitação física, o tempo também não dá folga para a produção desse material. O jornal precisa ir ao ar às 8h30 e antes disso a reportagem precisa passar por um processo de edição. Esses fatores aliados ao curto tempo que o JN dispõe na grade de programação fazem com que a notícia seja dada de forma mais concisa possível. As frases são curtas e objetivas, não há espaço para se aprofundar no tema. E nem assim também deveria ser. Os detalhes mais contextualizados e elucidados por uma explicação mais cuidadosa são dados pelos programas informativos com tempo de produção e de exibição maiores, caso do Fantástico - para citar um programa da mesma emissora- que faz uma revisita aos fatos da semana e que são apresentados em uma forma mais retocada. O problema surge quando o Fantástico é citado por apenas 8% das pessoas entrevistadas quando perguntadas sobre qual programa assiste no final de semana (IBOPE, 20014, p.19). Creio que não seria exagero afirmar que a impressão que se consolida na opinião pública é a dos programas diários, que significam os fatos durante o meio de semana. Essa visão se qualifica quando vemos que ao serem perguntadas sobre qual telejornal costuma assistir, numa circunstância livre para a resposta, 45% dos entrevistados falaram JN na primeira ou na segunda menção; enquanto que o

Fantástico (o semanal mais citado) teve a indicação de 3% (IBOPE, 2014, p.20). Vemos que o que prevalece é o discurso restringido pelo imperativo do tempo-espaço.

c) Do discurso (a semiose em si):

1. Estrutura analítica: a ordem de discurso;

Entre as datas do nosso *copus* de trabalho se encontram dois discursos da presidente da República⁸, Dilma Rousseff, aonde as palavras de ordem continuam a ser exercidas, como, por exemplo, "*No entanto, infelizmente, de fato, houve uma minoria de violência contra pessoas, contra o patrimônio público e privado, que devemos condenar e conter rigorosamente*" em 18/06/2013 e "*O governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária*" em 21/06/2013. É tentador afirmar que as ruas fizeram o poder público acordar para o que estava acontecendo no país e fazer com que sua presidente se manifestasse sobre o assunto, porém a causa de todo o rebuliço não é o objeto em si (as reportagens), mas sim o seu espectro nos meios de comunicação ocupando um espaço cada vez maior na percepção do público. Claro que a prática discursiva governamental tem que estar em consonância com a opinião pública ou pelo menos se fazer plausível a ela. Assim, conforme a opinião pública vai se modelando, o discurso presidencial precisa acompanhá-lo e, ao mesmo tempo, demonstrar a firmeza e a disciplina que uma prática discursiva dessas necessita. Na verdade, podemos realizar uma análise sobre a interdiscursividade das práticas presidenciais e do telejornal para evidenciar alguma conexão entre as mudanças no discurso e no tratamento dado aos protestos. As combinações de termos e a sintaxe empregada por ambos os lados nessa relação podem fornecer algum entendimento nas formas como se dão essas construções discursivas.

⁸ Discursos realizados pela presidente em respostas às manifestações, com o intuito de estabelecer um diálogo com a sociedade civil, nos dias 18/06/2013, disponível em: http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/copy_of_discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-lancamento-do-marco-regulatorio-da-mineracao-brasilia-df; e de 21/06/2013, disponível: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>

2. Análise interdiscursiva:

Tabela 5 - Interdiscursividade: reportagens - discurso presidencial

07/06/2013	18/06/2013	21/06/2013
<p>A reportagem veiculada neste dia visou demasiadamente (pra não dizer somente) os lados negativos da manifestação. "A <i>manifestação de ontem assustou os moradores da cidade</i>"; "Pichações, vidros quebrados, bancas de jornais depredadas". Em nenhum momento foi levado em conta o caráter positivo da ação, nem mesmo relevado a vontade popular que pedia mudanças. As palavras foram fortes e disciplinadoras.</p>	<p>O discurso presidencial deste dia observou o aspecto democrático dos atos. A condução do discurso tendeu a enfatizar o pacifismo da revolta, talvez pelo fato de alguns agentes da opinião pública já se pronunciarem a respeito da depreciação exercida pela imprensa sobre os protestos.</p> <p>Mas também não se eximiu de repreender a "violência contra pessoas, contra o patrimônio público e privado".</p>	<p>Nesta data encontram-se a nossa segunda reportagem e o segundo discurso presidencial abordando as manifestações, desta vez em cadeia de rádio e tv. A presidente continua, neste momento, a citar o caráter democrático dos atos, mas desta vez as frases vem seguidas de uma palavra de ordem e disciplina como "mas precisam fazer isso de forma pacífica e ordeira" ou "Todas as instituições e os órgãos da Segurança Pública têm o dever de coibir, dentro dos limites da lei, toda forma de violência e vandalismo", reverberando, assim, o discurso midiático que enfatizou durante a maior parte da cobertura o lado violento do período.</p>

III. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos;

Primeiro aspecto a ser levado em conta são as vontades das pessoas nas ruas atendidas pelo poder público. Com o bombardeio às manifestações que evidenciaram paulatinamente sua violência e todo o distúrbio causado, pouco tempo sobra na grade do jornal para apontamentos sobre as conquistas e os benefícios que o movimento trouxe para a população, desde a manutenção da tarifa de ônibus como projetos de lei - como o PEC 37⁹ entre outros. Talvez se esses elementos fossem trazidos no bojo das matérias que abordavam os protestos, o público pudesse enxergar uma relação mais estreita entre os atos de revolta e as conveniências conquistadas. Quando essas conquistas eram abordadas na programação, apareciam em matérias distintas e que pouco se fazia relacionar às manifestações.

IV. Refletir criticamente sobre a análise (1-4);

Sempre haverá o perigo de a análise pender para um lado - que, visto com comedimento, não está de todo errado na condução da nossa vida social. As análises deste tipo podem ser fruto de uma subjetividade maior do que a força metodológica nele empregada. É difícil decidir sobre certos aspectos de nossas vidas quando temos infinitas possibilidades de condução, muitas vezes contraditórias e, ainda assim, ao mesmo tempo válidas.

De qualquer modo, nossa referência para a queda no apoio da opinião pública sobre as manifestações é a pesquisa do Datafolha que foi aplicada apenas na cidade de São Paulo, enquanto nosso objeto de análise foi de abrangência nacional. Nada que impute na desqualificação dos argumentos apresentados sobre os resultados, mas que não poderia passar sem a devida ressalva. Também incorremos no erro de pensar que as pessoas nas ruas de São Paulo representem o pensamento médio da população brasileira, coisa que só se poderia conferir com uma pesquisa mais detalhada em todo o território. De qualquer forma, o movimento de indignação se alastrou pelo país e fez com que protestos ocorressem em importantes cidades brasileiras; desta forma, não é sem pretexto fazemos as

⁹ Projeto de Emenda Constitucional 37/2011 que visava proibir o Ministério Público de realizar investigações, o que foi visto como manobra para encobrir crimes de corrupção, sendo dessa forma conhecida como a PEC da impunidade.

conexões empregadas aqui, nos permitindo afirmar que a população brasileira concordava e sustentava apoio às manifestações e que esse apoio foi aos poucos se deteriorando na opinião pública. Conseguimos então demonstrar uma articulação nos modos de operação da ideologia que pode ter sido um grande fator colaborativo que fortalece a nossa hipótese de que o discurso midiático atuou como agente direto no enfraquecimento do apoio da opinião sobre as manifestações de junho de 2013.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início era nítida uma aprovação das manifestações pela opinião pública. Tempos depois as pessoas começaram a enxergar nessas manifestações um ar violento e perigoso. A reprovação deveria vir endereçada aos baderneiros e arruaceiros relatados nas reportagens. Mas o que se viu foi uma reprovação de todo o ato de uma forma geral. Colocaram na mesma sacola todos os sujeitos agentes das ações de junho de 2013, os violentos, os democráticos, os vândalos e os pacíficos. Parece-me claro que a maior parte de nós que assistimos atentos àqueles acontecimentos de junho de 2013 torcia para que as coisas se resolvessem da melhor forma e que o patrimônio público e privado alvo de agressões não sofresse tantas perdas durante os atos. É claro que queríamos que as coisas se resolvessem pacificamente, sem muitos prejuízos nem muito tumulto nem muitas pessoas feridas. Assim como os agentes discursivos da mídia que nos traziam as notícias, somos seres que rejeitam a violência e o estado de confusão causado por parte das pessoas nas ruas. Mas de qualquer forma não podemos também deixar que a força popular enfraqueça perante ela mesma, ou seja, perante a opinião pública.

Foi verificada uma queda no apoio aos protestos e nós aqui tentamos evidenciar os prováveis motivos dessa queda. Como se pode notar, a Análise Crítica do Discurso desenvolve um tipo de estudo totalmente parcial, com um lado escolhido. O lado que a ACD escolhe é sempre o lado menos provido de forças para sustentar sua argumentação discursiva nos ambientes em que se encontram, agindo desta forma para contrabalancear esse descompasso entre as partes envolvidas. Talvez a intenção do autor - e também dos autores de ciências críticas - seja a de combater a tirania que oprime certos setores da sociedade. Mas deve-se sempre tomar cuidado para não nos perdermos nas paixões do vislumbre de uma situação

indesejada, cometendo assim também outra forma de descompasso social, contribuindo para outra situação indesejada.

A ambição de estudar um tema tão imponente como este pode se chocar com dificuldades que as circunstâncias de tempo-espço se colocam diante de mim. A dificuldade de estar próximo aos acontecimentos para verificar *in loco* todo o processo pelo qual passou nosso objeto de análise me obriga a refletir sobre tudo de uma distancia considerável. Como posso eu contestar a distância dos repórteres do JN em relação ao objeto incorrendo no risco de ser paradoxal e incoerente. Por isso mesmo, minhas observações não se colocam com a pretensão de dizer a verdade sobre a cobertura midiática das manifestações de junho de 2013 no Brasil, mas de apenas um elemento contestador de determinadas práticas ali realizadas. Mesmo assim, penso que pude dar um passo na direção de um entendimento maior sobre o que foram aqueles atos de 2013 e entender mais ainda o processo de cobertura realizado por um telejornal de essencial importância no contexto de produção da realidade brasileira.

Desta forma vale notar que as visões produzidas pelos agentes produtores da nossa realidade precisam estar em consonância com aquilo que queremos designar como a melhor forma para resolvermos nossos problemas sociais, econômicos, políticos, culturais etc. E assim, pensando na possibilidade de um debate mais sóbrio sobre nossas questões históricas, deveríamos de fato conservar o espírito democrático de uma força popular que vai às ruas ser ouvida visando sua influência na transformação e construção do país. E nós, como agentes da mídia, atuantes na construção da nossa realidade, cada vez mais atentos à responsabilidade que temos com as questões mais delicadas deste real.

REFERÊNCIAS

BAUMAM, Zygmunt. **Modernidad Líquida**. Buenos Aires: Polity Press, 2000.

BOUDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

CITELLI, Adilson. **Linguagem Verbal e Meios de Comunicação**. Sobre palavras e (inter) ditos. REVISTA USP. São Paulo, n.48, p 32-45, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

DATAFOLHA. **Termômetro paulistano - Manifestações**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/10/28/manifestacoes-2013-10-27.pdf>

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução (coord.) Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. **Media Discourse**. London-UK: British Library Cataloguing, 1995.

_____. **Language and power**. New York: Longman Inc., 1996 [1989].

FAIRCLOUGH, Norman; CHOULIARAKI, Lillie. **Discourse in Late Modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução Laura Fraga Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996 [1970].

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987 [1975].

_____. **As Palavras e as Coisas**. Tradução Salma Muchail. Martins Fontes, São Paulo, SP: 2000.

_____. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].

GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e Filosofia da Comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004 (Coleção Ensaios Transversais).

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IBOPE. **Pesquisa brasileira de mídias**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf>

IBOPE. **Pesquisa de opinião pública sobre as manifestações**. Brasília-DF, 2014. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/JOB_0948_BRASIL%20-%20Relatorio%20de%20tabelas.pdf

PINTO, José M. de R. **Administração e Liberdade: um estudo do Conselho de Escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas**. Tese (Faculdade de Educação). Campinas, SP: UNICAMP, 1994, 171 p.

RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia.** [tradução Wagner de Oliveira Brandão] Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. O que é Semiótica? São Paulo: Brasiliense, 2005.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil.** Petrópolis, Vozes: 2001.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão.** São Paulo: Ática, 1996.

YORKE, Ivor. **Telejornalismo.** [tradução Luiza Lusvarghi, colaboração da tradução Julia Aidar]. São Paulo: Roca, 2006.